

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.541.594 - SC (2015/0161995-5)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : ÁLVARO MILLEN DA SILVEIRA FILHO
AGRAVANTE : ARY MILLEN DA SILVEIRA
AGRAVANTE : SARITA LACAL DA SILVEIRA
AGRAVANTE : JUCA BRINCAS DA SILVEIRA
AGRAVANTE : JULIETA SELVA DA SILVEIRA
AGRAVANTE : MARIA AUGUSTA SILVEIRA HULSE
ADVOGADOS : DENISSANDRO PERERA E OUTRO(S) - SC011184
PEDRO TERRA TASCA ETCHEPARE E OUTRO(S) - SC024500
AGRAVADO : CARLOS HOEPCKE ADMINISTRAÇÃO PARTICIPAÇÕES E
EMPREENDEIMENTOS LTDA
ADVOGADO : RAFAEL DE ASSIS HORN E OUTRO(S) - SC012003
AGRAVADO : CHANG TE AN
AGRAVADO : CHANG LEE YUEH YIN
ADVOGADOS : MARCELO GALLI SANTANA E OUTRO(S) - SC010675
HÉLIO RUBENS BRASIL - SC013041
ALFREDO DA SILVA JÚNIOR - SC013222

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RECURSO INTERPOSTO POR ALVARO E OUTROS.** AÇÃO REIVINDICATÓRIA. USUCAPIÃO ORDINÁRIA. JULGAMENTO DO RECURSO DA OUTRA PARTE RECONHECENDO A VIOLAÇÃO DO ART. 511 DO CPC/73. DESERÇÃO. CONFIGURADA RESTABELECIMENTO DA SENTENÇA. AGRAVO INTERNO PROVIDO. RECURSO ESPECIAL PREJUDICADO

DECISÃO

CARLOS HOEPCKE ADMINISTRAÇÃO, PARTICIPAÇÕES E EMPREENDEIMENTOS LTDA (HOEPCKE) ajuizou ação reivindicatória, cumulada com nulidade de transcrição contra CHANG TE AN e CHANG LEE YUEH YIN (CHANG e outra), buscando a condenação dos réus à devolução da posse de parte de seu terreno que invadiram com base em título nulo de pleno direito e o ressarcimento dos prejuízos causados pela invasão.

Em primeiro grau, a ação foi julgada procedente para reintegrar HOEPCKE na posse do imóvel objeto do litígio e condenando CHANG e outra ao pagamento dos prejuízos causados pelo esbulho, a serem apurados em liquidação de

Superior Tribunal de Justiça

sentença (e-STJ, fls. 799/809).

CHANG e outra interpuseram apelação pleiteando o reconhecimento de usucapião do terreno e a reforma da sentença para que seja declarada a improcedência do feito (e-STJ, fls. 820/832).

O TJSC, acolhendo a exceção de usucapião, julgou improcedente a ação reivindicatória, nos termos do acórdão, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA CUMULADA COM NULIDADE DE TRANSCRIÇÃO. TERRENO DOS AUTORES QUE É PARCIALMENTE INVADIDO PELOS RÉUS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DOS DEMANDADOS. PRELIMINAR. NULIDADE DO DECISUM. NECESSIDADE DE INCLUSÃO DO TABELIONATO NO POLO PASSIVO DA DEMANDA. PLEITO QUE FOI INDEFERIDO ATRAVÉS DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. PARTE QUE NÃO INTERPÔS RECURSO DE AGRAVO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. INVIABILIDADE DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. RECURSO NÃO CONHECIDO NO PONTO.

Se a matéria decidida no curso do processo não abarca direito indisponível, a ausência de regular impugnação, mediante recurso próprio, traduz inegável aceitação com o teor do que deliberado, obstando ulterior discussão em torno da mesma temática, já fulminada pela preclusão. Inteligência do art. 473 do CPC.

EXCEÇÃO DE USUCAPIÃO ARGUIDA PELA DEFESA. ÁREA CONTROVERTIDA QUE ENVOLVE PARCELA SOBREPOSTA AO TERRENO DE PROPRIEDADE DOS AUTORES. REQUERIDOS QUE ADQUIRIRAM A ÁREA E A OCUPAVAM HÁ MAIS DE UMA DÉCADA QUANDO HOVE O AJUIZAMENTO DA AÇÃO. POSSE EXERCIDA DE FORMA MANSA, PACÍFICA, COM ÂNIMO DE DONO E JUSTO TÍTULO. PRESENÇA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS AO RECONHECIMENTO DA USUCAPIÃO. ART. 551 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. EXCEÇÃO ACOLHIDA. IMPROCEDÊNCIA DO PLEITO REIVINDICATÓRIO, COM A RESSALVA DE QUE A DECISÃO NÃO SERVE PARA FINS DE REGISTRO NO ÁLBUM IMOBILIÁRIO, O QUE DEVERÁ SER BUSCADO EM AÇÃO PRÓPRIA. INVERSÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E PROVIDO (e-STJ, fl. 882).

Os embargos de declaração opostos por HOEPCKE foram rejeitados (e-STJ, fls. 912/916).

Irresignados, ÁLVARO MILLEN DA SILVEIRA FILHO e outros

Superior Tribunal de Justiça

(ÁLVARO e outros) interpuseram recurso especial afirmando (1) a violação do art. 551 do CC/1916 porque a usucapião ordinária exige a presença de justo título e boa-fé e que a procuração falsa enseja típica venda a *non domino*. (2) Aduziram a existência de dissídio jurisprudencial sobre o tema (e-STJ, fls. 926/941).

Em seu recurso especial a HOEPCKE alegou, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos dispositivos legais (1) 550 e 551 do CC/1916, sustentando que a existência de fraude do suposto título impede a sua caracterização como justo; (2) 511 do CPC/73, requerendo a deserção da apelação em virtude da ausência de comprovação do pagamento do preparo no ato de sua interposição; (3) 131 e 535, I e II, do CPC/73, alegando omissão e negativa de prestação jurisdicional visto que o acórdão recorrido deixou de se manifestar acerca de temas, documentos e fatos indispensáveis ao julgamento da lide.

Os recursos especiais não foram providos em decisões monocráticas de minha relatoria, assim ementadas:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA. USUCAPIÃO ORDINÁRIA. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. (1) VIOLAÇÃO DOS ARTS 131 E 535 DO CPC/73. OMISSÃO E NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA. (2) OFENSA AOS ARTS. 550 E 551 DO CC/16. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. (3) CONTRARIEDADE AO ART. 511 DO CPC/73. DESERÇÃO. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. (4) DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. INVIABILIDADE. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO (e-STJ, fls. 1.100 - recurso HOEPCKE).

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA. USUCAPIÃO ORDINÁRIA. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. (1) VIOLAÇÃO DO ART. 551 DO CC/16. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. (2) DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO (e-STJ, fl. 1.109 - recurso ÁLVARO e outros).

Nas razões deste agravo interno, ÁLVARO e outros afirmaram a inexistência dos requisitos para o reconhecimento da usucapião e a violação do art. 551 do CC/1916.

É o relatório.

DECIDO.

O atual inconformismo merece prosperar.

Superior Tribunal de Justiça

De plano vale pontuar que a disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Do reconhecimento da deserção do recurso de apelação e da anulação do acórdão proferido no TJSC

Inicialmente cumpre esclarecer que no julgamento do agravo interno apresentado por HOEPCKE foi reconhecida a deserção do recurso de apelação interposto no TJSC, tendo o acórdão recorrido sido cassado e restabelecida a sentença proferida na primeira instância.

Assim, a decisão monocrática proferida às e-STJ, fls. 1.109/1.115, que tratava apenas dos requisitos da usucapião, deve ser reconsiderada.

Passo a novo julgamento do recurso especial interposto às e-STJ, fls. 926/941.

Do recurso especial

O recurso especial interposto por ÁLVARO e outros visava apenas a análise da violação dos requisitos do art. 551 do CC/1916 e da ausência de comprovação do justo título e da boa-fé para o reconhecimento da usucapião.

Contudo, tendo sido cassado o acórdão proferido pelo TJSC, em virtude da deserção do recurso de apelação, fica prejudicada a análise das razões do apelo nobre.

Nessas condições, **RECONSIDERO** a decisão agravada (e-STJ, fls. 1.109/1.116) para **JULGAR PREJUDICADO** o recurso especial interposto pela ÁLVARO e outros.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO
Relator